

O PAPEL DO SETOR DE SEGUROS NA ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA



Confederação Nacional das Seguradoras

Seguro e clima

No ano em que o Brasil receberá a COP30, em Belém, o alerta para a frequência e a intensidade dos eventos climáticos extremos é preocupante.

Em termos globais, as perdas econômicas de 2024, decorrentes de desastres naturais, chegaram a **US\$ 368 bilhões**, sendo que apenas **40% delas estavam seguradas**, evidenciando uma lacuna de proteção de aproximadamente **US\$ 211 bilhões**.

No Brasil, o cenário tem sido igualmente alarmante: entre 2013 e 2022, perdas no setor privado totalizaram **R\$ 320,1 bilhões**, com **90% concentradas na agricultura e pecuária**.

Em **2024**, uma conjugação de eventos colocou o país no mapa global de altos riscos, integrando o grupo das localidades mais atingidas por desastres climáticos. Foram registrados **1.690 eventos naturais em todo o território brasileiro**, uma média superior a quatro por dia.

Entre os episódios mais dramáticos estiveram os incêndios florestais que impactaram 15,4 milhões de pessoas em várias regiões do país, com destaque para o bioma Amazônia, gerando danos de **R\$ 1,3 bilhão**; e as chuvas intensas do **Rio Grande do Sul** que, em intensidade raramente vista, totalizaram prejuízos estimados em quase **R\$ 100 bilhões**, com somente **6% das perdas amparadas pela proteção do seguro**.

Em tempos de urgência climática, a CNseg reitera o compromisso do setor de seguros em contribuir para o protagonismo do Brasil na agenda do clima, oferecendo soluções para proteção social e de investimentos.

1. Seguro Social Catástrofe
2. Green bonds e investimentos sustentáveis
3. Proteção de investimentos em infraestrutura
4. Seguro Rural e Fundo Rural
5. Hub de Riscos Climáticos
6. Taxonomia sustentável brasileira
7. Soluções baseadas na natureza



Resiliência e estabilidade

O mercado segurador gera **266 mil** empregos diretos e responde pelo pagamento de **R\$ 70 bilhões** em impostos

A adaptação climática tem imposto desafios significativos à sociedade e à economia global. Essa é uma realidade que demanda **urgência na implementação de medidas** para mitigar riscos e proteger vidas, patrimônios e investimentos.

Neste contexto, o setor de seguros consolida sua vocação como fonte de inteligência e oferta de soluções que promovem a resiliência e a estabilidade diante das incertezas climáticas.

Historicamente, o setor experimenta uma sólida trajetória de crescimento, oferecendo importante contribuição para o desenvolvimento sustentável do Brasil.

Como investidor institucional, financia **26% da dívida pública** nacional, com ativos financeiros da ordem de **R\$ 2,3 trilhões** e arrecadação setorial que alcança **6,2% do PIB**, colocando o Brasil como **mercado líder na América Latina e 12º em escala global**.

Pioneirismo em sustentabilidade

A agenda de sustentabilidade do setor de seguros precede o foco dado ao tema em tempos recentes.

Em 2006, no âmbito da iniciativa United Nations Environment Programme Finance Initiative (UNEP FI), a CNseg articulou, ao lado de seguradoras e associações internacionais, a criação de um hub para atuação em prol da sustentabilidade.

Em 2012, na Rio+20, foram lançados os Princípios para Sustentabilidade em Seguros (PSI), tendo a CNseg como instituição cofundadora da principal referência internacional de sustentabilidade em seguros.

Em 2024, durante a COP29, em Baku, a Confederação reinaugurou este pioneirismo, tornando-se a primeira entidade setorial do mundo a aderir oficialmente ao Fórum para a Transição de Seguros para Net Zero (FIT), liderado pela Organização das Nações Unidas (ONU). O FIT tem como objetivo multiplicar, em escala global, o conhecimento sobre o seguro e seu enorme potencial na implementação de estratégias para a adaptação climática.

2006

Criação do hub pró-sustentabilidade, no âmbito da UNEP-FI

2012

Rio +20: lançamento dos PSI, com a CNseg como cofundadora da iniciativa da ONU

2024

Lançamento do FIT, com adesão pioneira da CNseg

Perdas globais causadas por desastres naturais

US\$ 368 bilhões

foi o total de perdas econômicas decorrentes de desastres naturais em 2024. Em 2023, foram **US\$ 397 bilhões**.

US\$ 145 bilhões

foi o total de perdas seguradas em 2024, contra **US\$ 126 bilhões** em 2023.

77,2% das perdas foram causadas por eventos de origem meteorológica.

A lacuna de proteção foi de **60%**, com ligeira redução em relação a 2023 (69%).

Brasil, Espanha, Emirados Árabes Unidos e Vietnã registraram alguns dos **eventos mais onerosos da história para o setor de seguros desses países**.

2024 foi o ano mais quente já registrado no planeta, com pelo menos **20 países e territórios registrando temperaturas recordes** e muitos meses consecutivos de calor.

Até 2030 as mudanças climáticas poderão onerar os sistemas de saúde globais em valores que poderão variar entre

US\$ 2 bilhões e US\$ 4 bilhões.

Fontes:

AON <https://www.aon.com/en/insights/reports/climate-and-catastrophe-report>
Marsh / Guy Carpenter / Mercer / OliverWyman <https://www.marshmclennan.com/insights/publications/2024/november/turning-down-the-heat.html>

Reflexos econômicos da mudança climática no Brasil

De 2014 a 2024, os desastres naturais provocaram prejuízos para a iniciativa privada de **R\$ 327,39 bilhões**, afetando os setores de agricultura, pecuária, comércio, indústria e serviços.⁽¹⁾

Somente em 2023, os prejuízos acumulados pela iniciativa privada chegaram a **R\$ 46,5 bilhões**, o equivalente a **R\$ 127,4 milhões** em prejuízos **por dia**.⁽¹⁾

94% dos municípios brasileiros decretaram **situação de emergência** ou estado de calamidade pública **ao menos uma vez**, em decorrência de desastres naturais entre 2013 e mai/24.⁽⁶⁾

1.690 desastres naturais foram registrados no Brasil apenas em 2024, uma média superior a 4 por dia.⁽⁴⁾

R\$ 100 bilhões: prejuízo estimado provocado pelas inundações no Rio Grande do Sul (2), com **apenas 6% do total cobertos por seguros**.

As **indenizações no Rio Grande do Sul**, até setembro de 2024, chegaram a

R\$ 6 bilhões.⁽⁵⁾

15,4 milhões de pessoas foram impactadas por incêndios florestais em 2024. As queimadas geraram prejuízos econômicos de R\$ 1,3 bilhão.⁽³⁾

94 municípios decretaram estado de emergência e **13** estados foram afetados em jan/25.⁽³⁾

Fontes:

(1) Sistema Integrado de Informações sobre Desastres do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, (2) Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (3) Confederação Nacional de Municípios (CNM), (4) Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN) (5) CNseg; (6) Howden

Alcance do seguro no Brasil

O gap de proteção de seguro – a diferença entre as perdas econômicas e o valor efetivamente coberto por seguros – representa um risco significativo para indivíduos, empresas e para a economia do país.

Os dados a seguir evidenciam a necessidade de ampliar o alcance do seguro no Brasil e destacam um quadro preocupante que a CNseg tem se empenhado para transformar.



Apenas **16,6%** da frota nacional de automóveis

21 milhões

de veículos contam com seguro automotivo



Somente **17%** das residências brasileiras

11 milhões

de residências estão cobertas por seguro domiciliar



Planos privados de assistência médica são contratados por menos de um quarto da população brasileira: **25,7%** ou

52,7 milhões

de pessoas



Apenas **7,7%** da área agrícola cultivada do país

7,3 milhões

de hectares de área plantada estão cobertos pelo seguro rural



Planos de previdência privada são contratados por somente **10,1%** população economicamente ativa

14,1 milhões

de pessoas



Agenda do setor de seguros na adaptação climática

1 SEGURO SOCIAL CATÁSTROFE

Cenário

Atualmente em discussão em diversos segmentos da sociedade brasileira, este instrumento poderá viabilizar amparo financeiro para vítimas de desastres provocados por inundações, alagamentos ou desmoronamentos, prevendo indenização emergencial e auxílio funeral. Em apoio à estratégia de adaptação nacional, cumprirá a função de auxílio emergencial, mas contribuirá também para a disseminação da cultura do seguro na população, aumentando o nível de confiança e compreensão sobre produtos e serviços já disponíveis. A adoção desta proposta representará um importante passo para reverter o ciclo de vulnerabilidade e baixa proteção contra eventos climáticos.

Iniciativa

A adoção deste instrumento depende de aprovação de Lei específica. Há projetos similares em tramitação no Congresso Nacional que podem ser utilizados como base para a construção do modelo. O Seguro Social Catástrofe prevê indenização emergencial em torno de R\$ 10 mil por residência afetada e auxílio funeral, em casos de óbito, no valor de R\$ 5 mil, com pagamento por meio do PIX, para garantir recursos para as vítimas dessas tragédias. Trata-se de um seguro privado, de contratação obrigatória, subsidiado por arrecadação ampla, mediante cobrança mensal, entre R\$ 2 e R\$ 3, na conta de luz ou telefonia móvel, isentados os participantes de programas sociais governamentais.



2 GREEN BONDS E INVESTIMENTOS SUSTENTÁVEIS

Cenário

Como um dos maiores investidores institucionais do Brasil, com ativos equivalentes a 26,5% da dívida pública nacional, o setor de seguros tem grande potencial para viabilizar projetos verdes que contribuem para preservação do meio ambiente.

Iniciativa

Diante do sucesso das duas emissões recentes de títulos soberanos sustentáveis no exterior, o setor de seguros propõe a ampliação dessa medida, por meio da emissão de novos títulos soberanos sustentáveis, desta vez no mercado doméstico, pensando no apetite de investidores institucionais, especialmente seguradoras. Atualmente, o setor de seguros possui compromissos da ordem de R\$ 1,8 trilhão junto a seus clientes. Essas obrigações devem ser lastreadas por ativos financeiros, conhecidos como ativos garantidores, com uma parcela significativa desse montante alocada em títulos públicos federais com diferentes prazos e indexação variada. Nesse contexto, os títulos soberanos sustentáveis podem representar uma alternativa estratégica, conectando a capacidade de investimento do setor com a necessidade de financiamento da agenda sustentável do país.



3 PROTEÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA

Cenário

O seguro é um instrumento fundamental para o cumprimento de obrigações contratuais e a expectativa do setor é vê-lo amplamente incorporado aos projetos de infraestrutura, com obrigatoriedade prevista em editais de obras e serviços de engenharia, de modo a proteger os investimentos públicos e oferecer segurança jurídica ao Estado.

Iniciativa

A nova Lei de Licitações (Nº 14.133/21) foi um passo importante nesta direção. O novo normativo prevê, entre outras atualizações, que, nos casos em que a cláusula de retomada estiver prevista em edital, o percentual do Seguro Garantia poderá ser de até 30% do valor inicial do contrato. Já é possível ver isso na prática no estado do Mato Grosso, em obra de implantação e pavimentação da rodovia MT-130, avaliada em cerca de R\$ 116 milhões. Porém, o setor defende que o tema do seguro seja apreciado pelo legislador em novas frentes – particularmente levando em conta a execução das obras do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal, que tem investimentos estimados em R\$ 1,7 trilhão – e a exigência deste instrumento para a mitigação de riscos relacionados à danos e descumprimento de obrigações para a efetiva conclusão das obras. Hoje, aproximadamente 40% das obras públicas no Brasil estão paralisadas.




4 **SEGURO RURAL E SEGURANÇA ALIMENTAR**

Cenário

Diante do agravamento das perdas no campo, o seguro rural tornou-se indispensável não apenas para a segurança financeira dos agricultores, mas também para a manutenção da atividade agropecuária no Brasil. Seu impacto se estende ao papel do país como provedor global de segurança alimentar. Atualmente, apenas 7,7% da área agrícola cultivada no Brasil (7,3 milhões de hectares) conta com cobertura de seguro rural. Esse benefício atende 87 mil produtores, um número ainda baixo diante do total de cinco milhões registrados no país.

Iniciativa

Para mudar esse cenário, o setor de seguros apoia a modernização do Fundo de Seguro Rural. O objetivo é transformá-lo, conforme previsto na Lei Complementar nº 137, em um instrumento de estabilização capaz de absorver choques causados por perdas excepcionais, garantindo a sustentabilidade da produção a longo prazo. A proposta prevê que o Fundo tenha natureza privada e seja composto por aportes da União (até R\$ 4 bilhões), além de contribuições de seguradoras e resseguradoras que operam no setor. Para reforçar esse movimento, a CNseg elaborou um protocolo interno e está desenvolvendo uma ferramenta de georreferenciamento. Essa tecnologia integrará bases de riscos socioambientais e climáticos, permitindo que as seguradoras avaliem e atribuam um grau de risco, aprimorando a gestão e a tomada de decisão.



5 HUB DE RISCOS CLIMÁTICOS

Cenário

É fundamental a aproximação do setor de seguros com a ciência climática. O Hub de Riscos Climáticos oferecerá uma base de dados e informações regionalizadas sobre os impactos de eventos climáticos em diversos cenários, auxiliando as seguradoras a compreenderem os riscos e a adaptarem suas estratégias, visando o desenvolvimento de novos produtos e a ampliação de coberturas, em uma nova perspectiva de eficácia e resiliência.

Iniciativa

O primeiro passo para consolidar o Hub será o lançamento de uma plataforma integrativa, centralizando dados externos sobre riscos climáticos, como históricos de desastres, projeções de impacto e indicadores de vulnerabilidade municipal. Na fase seguinte, serão adicionadas informações das seguradoras sobre impactos de eventos climáticos extremos, como sinistros e perdas. A plataforma permitirá a comparação de dados de mercado e a criação de análises personalizadas. Na última etapa, o Hub fornecerá relatórios que correlacionam dados macroeconômicos com impactos climáticos e ferramentas avançadas de gestão de riscos.



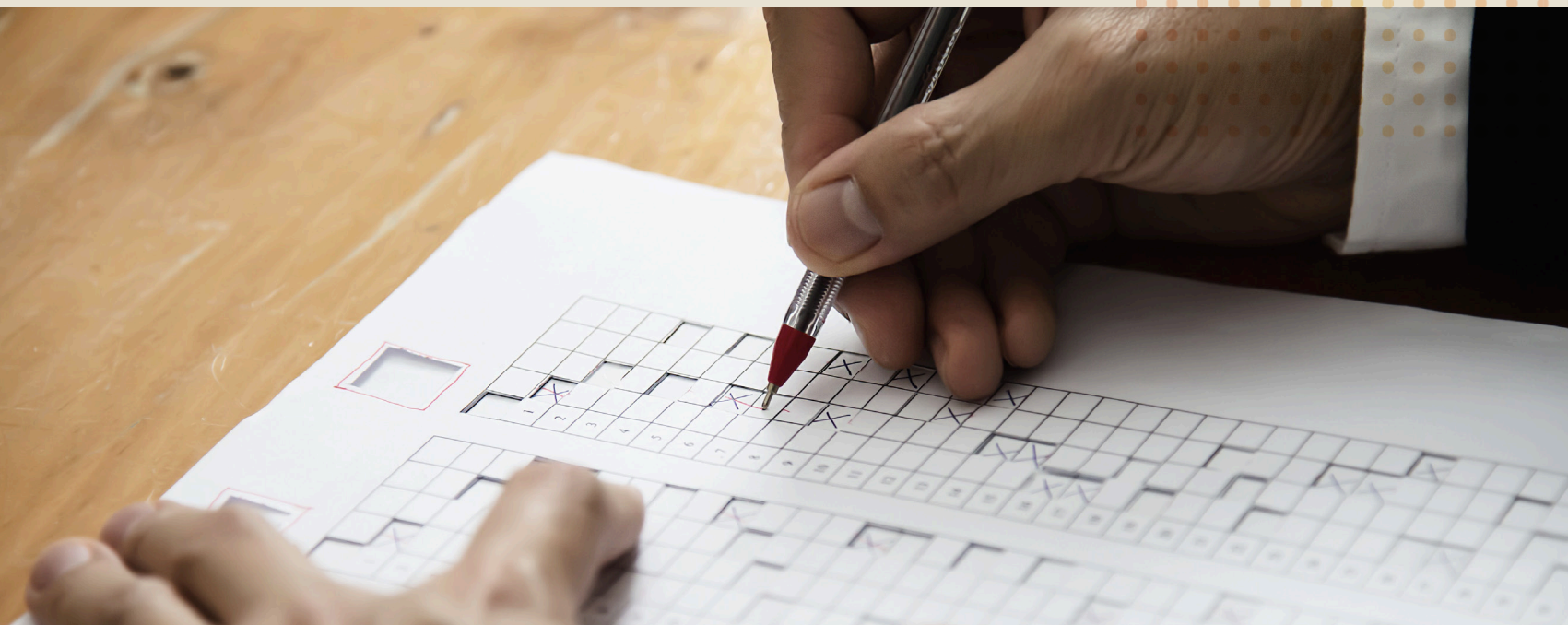
6 TAXONOMIA SUSTENTÁVEL BRASILEIRA

Cenário

A CNseg apoia a construção da Taxonomia Sustentável Brasileira, integrando o Comitê Consultivo Interministerial liderado pelo Ministério da Fazenda. Para o setor de seguros, a taxonomia tem importância fundamental, considerando, primeiramente, a exploração de sua capacidade de atuação como investidor no desenvolvimento sustentável do país. Sob um segundo ponto de vista, a relevância da taxonomia reside na possibilidade de o seguro influenciar ações positivas, via decisões de subscrição. O seguro deve ser reconhecido como uma salvaguarda essencial no processo de classificação sustentável de projetos, funcionando como um dos instrumentos mais eficazes para garantir o cumprimento dos objetivos de adaptação e resiliência socioambiental.

Iniciativa

Na esteira das contribuições para a Taxonomia Sustentável Brasileira, o setor de seguros já trabalha no desenvolvimento de taxonomia própria. O objetivo é impulsionar inovação e responsabilidade socioambiental em toda a cadeia de valor do setor, coincidindo com os objetivos estabelecidos na taxonomia nacional. A taxonomia própria fornecerá um alicerce importante para o desenvolvimento e adaptação de produtos e serviços que atendam setores e projetos estratégicos para o desenvolvimento sustentável do país.



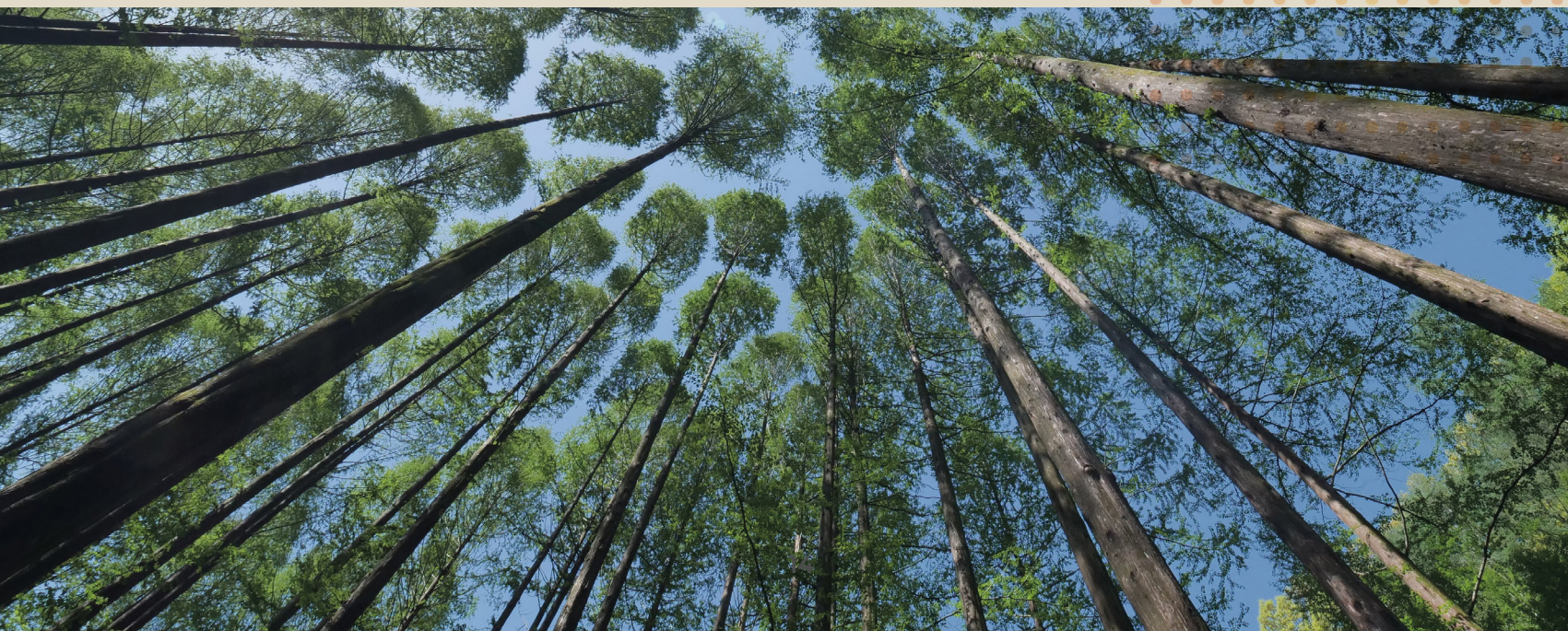
7 SOLUÇÕES BASEADAS NA NATUREZA

Cenário

O desmatamento é o principal fator de perda de biodiversidade no Brasil e um grande agravante da crise climática. A preservação dos ecossistemas é essencial para mitigar as emissões de GEE e impedir que a interconexão entre a crise climática e a perda de biodiversidade se torne irreversível. Soluções baseadas na natureza podem contribuir com até 37% da mitigação necessária para manter o aquecimento global abaixo de 2°C. Diante desse potencial, o setor de seguros promove iniciativas que visam fortalecer a resiliência ambiental, valorizar o capital natural e garantir a sustentabilidade de longo prazo.

Iniciativa

A CNseg tem dialogado com suas associadas, o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e o BNDES para ampliar a oferta de seguros para concessões florestais voltadas à restauração, preservação e manejo sustentável. Atualmente, esses seguros são customizados e cobrem poucos riscos críticos, como desmatamento e incêndios em florestas nativas. O objetivo da CNseg é fortalecer a capacidade das seguradoras, garantindo maior proteção e tornando o seguro uma exigência nos editais de licitação, assegurando a sustentabilidade financeira e operacional das concessionárias florestais, impulsionando, assim, soluções baseadas na natureza.



A CASA DO SEGURO NA COP 30

Considerada a “Embaixada do Seguro” na COP da Amazônia, esta plataforma de conteúdo, relacionamento e negócios é uma iniciativa da CNseg pensada para sediar as ativações do setor de seguros para sua agenda climática.

A “**Casa do Seguro**” será realizada pela Confederação, com o apoio de 10 empoderadores, representados por grandes seguradoras já engajadas, por meio de projetos de sustentabilidade, na agenda climática.

Instalada em um pavilhão de 1,6 mil m², a poucos metros de distância do hub principal da COP30 (Green Zone/Blue Zone), a “Casa do Seguro”, realizada em caráter inédito, oferecerá uma experiência imersiva, funcionando durante todo o período da Conferência (10 a 21 de novembro), para receber autoridades governamentais, lideranças empresariais, bem como representantes de organizações internacionais e contrapartes estrangeiras da CNseg.

A programação prevê a abordagem de temas de impacto para o desenvolvimento econômico e social do Brasil e que conectam o papel do setor de seguros com os desafios e as prioridades do país na agenda climática.

Objetivo da CNseg na COP30

O mercado de seguros chega à COP30 com a responsabilidade de estabelecer um posicionamento inédito em relação ao seu compromisso com a sustentabilidade, em particular com a agenda do clima. O objetivo central da CNseg é articular a presença do setor nos acordos e declarações resultantes da Conferência, sendo reconhecido como parte fundamental da solução para os desafios climáticos.

Os temas de destaque são:

- » Proteção social e de investimentos
- » Inteligência climática
- » Finanças sustentáveis
- » Seguros para o desenvolvimento industrial sustentável
- » Seguros e agronegócio
- » Infraestrutura resiliente
- » Seguros na expansão da frota verde brasileira

Desenvolvido em base modernas, o projeto da CNseg está alinhado aos mais rigorosos requerimentos de sustentabilidade, com meta previstas de neutralização de emissões, resíduo zero, eficiência energética, estímulo à economia circular e valorização da mão de obra local.





1.600 m² de área para uma experiência imersiva



Localização privilegiada:
500 metros de distância do pavilhão principal da COP (Blue Zone/Green Zone)



Instalações: plenária para 100 pessoas, 6 salas de reuniões, estúdio de gravação, sala de imprensa, área de convivência e para ativações sociais



Programação diária, entrada gratuita, mediante credenciamento



Fóruns, seminários e mesas redondas



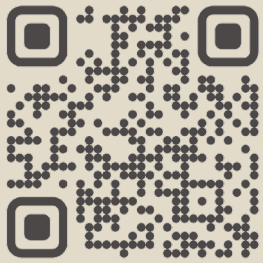
Atividades culturais



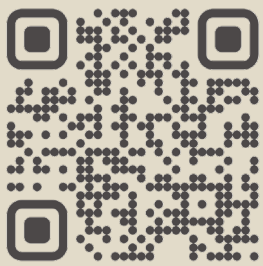
Produção de conteúdo em tempo real



Clique aqui ou aponte a câmera do celular para conhecer a Casa do Seguro



www.cnseg.org.br



Notícias da CNseg pelo WhatsApp
<https://t.ly/07hA>



www.noticiasdoseguro.com.br



Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg)
Rua Senador Dantas, 74 - 16º andar - Centro -
Rio de Janeiro - 20031-205

Escritório de Brasília
SCN - Quadra 1 - Bloco C - Sala 1601 a 1612 -
Edifício Brasília Trade Center - 70711-902

